

PÁG 2

Em momento decisivo para equipe de transição de governo, Abraceel se reúne com Maurício Tolmasquim

PÁG 4

Conselho aprova adesão da Copérnico e D3 Energias e Abraceel passa a contar com 103 associadas

PÁG 8

Grupo Técnico discute regulamentação dos aspectos econômicos do marco legal da geração distribuída

PÁG 10

Abraceel na Mídia

PÁG 11

Curtas

PÁG 18

E o Congresso?

PÁG 20

Próxima Semana



Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!

Em momento decisivo para equipe de transição de governo, Abraceel se reúne com Maurício Tolmasquim

Matéria em 1 minuto:

- O coordenador do grupo de energia da equipe de transição do novo governo mostrou interesse nas conclusões do estudo realizado pela consultoria EY para a Abraceel, que mostrou ausência de empecilhos para a abertura completa do mercado em 2026;
- O ex-presidente da EPE também conheceu o mapeamento que a Abraceel fez das contribuições entregues ao MME na CP 137/2022.
- Preocupado com a sustentabilidade e a governança do setor, frente os inúmeros subsídios e propostas aprovados contra os consumidores, Tolmasquim demonstrou alinhamento com as bandeiras da Abraceel.



Tempo de leitura:
2 minutos



Em momento chave para a definição do conteúdo dos relatórios finais que a equipe de transição de governo entregará aos futuros ministros, a Abraceel reuniu-se com o coordenador do grupo de trabalho de energia, Maurício Tolmasquim, no dia 7 de dezembro, em Brasília, para tratar de temas que são sempre colocados como emblemáticos para a abertura do mercado de energia à luz dos novos estudos e análises exclusivos feitos pela associação nas últimas semanas.

Tolmasquim disse que a perspectiva é que os grupos de trabalho da equipe de transição, incluindo o de energia, entreguem os relatórios finais para a coordenação geral dos grupos na próxima semana. Da mesma forma, há expectativa para que o setor conheça o nome do futuro ministro da pasta, que segue disputada pelos partidos que compõem a base do novo governo.



Para um interlocutor atento e interessado, os executivos da Abraceel apresentaram as principais conclusões do estudo realizado pela consultoria EY, que traz o embasamento técnico que sustenta a possibilidade de abertura completa do mercado de energia elétrica em 2026.

Foram detalhados itens como impactos macroeconômicos positivos derivados da abertura integral do mercado, cenários possíveis para a liberalização considerando indicadores diferentes de velocidade de migração e de crescimento da demanda, ausência de risco de sobrecontratação e opções de gestão de portfólio para mitigar hipotéticos episódios de sobras de energia na carteira das distribuidoras, bem como reflexões sobre supridor de última instância e comercializador varejista. Nesse sentido, Tolmasquim reforçou que o PL 414 endereça muitos dos temas em pauta e enxerga espaço para avanços no próximo ano. Acesse o estudo completo [aqui](#).

A Abraceel aproveitou a ocasião para mostrar os detalhes do mapeamento realizado entre as contribuições apresentadas ao Ministério de Minas e Energia na Consulta Pública 137/2022, que revelou o amplo apoio dos agentes setoriais para a abertura do mercado de energia a todos os consumidores, movimento que já não enfrenta resistências (ver edição do [Relatório Semanal de 21 a 25 de novembro](#) e 2022).

Tolmasquim agradeceu as explicações, bem como o estudo e o mapeamento da CP 137/2022, que não conhecia em detalhes, e informou que o grupo de trabalho está concluindo o diagnóstico setorial sobre energia, que será repassado à equipe que assumirá a gestão do Ministério de Minas e Energia. Também ponderou os desafios que o setor enfrentará caso o PL 2703 de 2022 (que modifica o marco da GD) seja sancionado nas diretrizes aprovadas pela Câmara. Disse que estão sendo feitos esforços para debater os rumos da matéria no Senado e, além disso, o prazo está desafiador até o recesso parlamentar. Em conjunto com outras associações, a Abraceel está atuando na tentativa de barrar a aprovação do PL 2703.

Diante da escalada de custos de subsídios e de propostas aprovadas contra os consumidores, Tolmasquim demonstrou preocupação com a sustentabilidade financeira do setor elétrico e com a governança setorial. Nesse sentido, concordando com as diretrizes da apresentação feita, mostrou alinhamento com a Abraceel, principalmente na visão de que o consumidor deve ser protagonista e assim deve estar em primeiro lugar – seja nas proposições aprovadas pelo Legislativo e quanto na tomada de decisões.

Conselho aprova adesão da Copérnico e D3 Energias e Abraceel passa a contar com 103 associadas

Matéria em 1 minuto:

- Última reunião do colegiado em 2023 avalia evoluções nas três bandeiras da associação: abertura de mercado, segurança de mercado e formação de preços;
- Calendário de atividades da Abraceel para 2023 é aprovado, com datas para encontros do Conselho de Administração, AGO, eleição de conselheiros e planejamento estratégico;
- Balanço positivo da Missão da Abraceel para Portugal, para conhecer a fundo o funcionamento do mercado ibérico de energia, abre perspectiva para novas iniciativas similares.



Tempo de leitura:
2 minutos



No dia 08.12, o Conselho de Administração da Abraceel se reuniu para discutir uma ampla agenda de temas.

Acompanhamento orçamentário

Rodrigo Ferreira apresentou a atualização orçamentária, com previsão de receitas e despesas para 2023, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração sem restrições.

Pedidos de adesão

Os conselheiros também aprovaram o pedido de adesão da Copérnico Energia e da D3 Energias. Assim, o quadro associativo da Abraceel passa a contar com 103 empresas associadas. Em 2022, 11 empresas deixaram de pertencer ao quadro de associados da



Abraceel, por razões como fusões e incorporações ou mudanças de estratégias de mercado, enquanto oito novas associadas chegaram, incluídas as duas recém-admitidas.

Acompanhamento de metas

Apresentou-se o quadro geral do andamento das metas e o detalhamento de cada bandeira.

Abertura de mercado: a associação se reuniu com o coordenador do grupo de trabalho de energia da equipe de transição de governo, Maurício Tolmasquim, e explicou aspectos do estudo realizado pela consultoria EY mostrando a ausência de impedimentos para a abertura completa do mercado de energia elétrica em 2026, além do apoio majoritário dos agentes setoriais em favor da abertura, conforme mostrou mapeamento realizado pela Abraceel das contribuições oferecidas à CP 137/2022.

Segurança de mercado: conforme pleiteado pela Abraceel, a área técnica da Aneel sugeriu que a implementação das garantias financeiras do mercado de curto prazo seja realizada somente após a implementação do monitoramento. A Abraceel também contribuiu na Tomada de Subsídios que operacionaliza os novos critérios para autorização de comercialização e, em reunião com a SRM/Aneel, voltou a pedir revisão da distinção de comercializadores entre tipo 1 e 2.

Formação de preços: após amplo debate com empresas associadas, Abraceel enviou contribuição sobre a revisão das regras de governança do PMO/PLD. O processo foi sorteado para a nova diretora da Aneel, Agnes da Costa.

Ainda sobre as metas, enfatizou-se a manifestação da Abraceel contra a sugestão da CCEE de ratear o passivo do GSF pelos votos.

Calendário 2023

Foi apresentado, em seguida, o calendário de atividades da Abraceel para 2023, com datas para reuniões do Conselho de Administração, AGO, eleição de conselheiros e Planejamento Estratégico. O Conselho de Administração aprovou o calendário por unanimidade. Em breve o calendário será enviado eletronicamente para todos os associados incluírem em suas agendas!

Missão internacional ao Mibel

Rodrigo Ferreira apresentou um balanço das atividades realizadas na missão da Abraceel para Portugal, iniciativa que contou com mais de 40 pessoas, entre representantes de empresas associadas, inclusive de conselheiros da Abraceel, MME, Aneel e Congresso Nacional e que permitiu conhecer em profundidade o funcionamento do mercado ibérico de energia.





Houve aproximação com a Associação de Comercializadores de Energia no Mercado Liberalizado Português (Acemel) para conhecer o ponto de vista das empresas sobre as oportunidades e dificuldades desse mercado e que permitiu vislumbrar a condução de iniciativas em comum entre as duas associações, e com a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos de Portugal (ERSE), para entender a abertura e funcionamento do mercado português e as práticas varejistas, entre outras sessões e visitas. O saldo positivo da iniciativa abre perspectiva e estimula a realização de iniciativas similares em outros mercados.

Ação judicial: bônus da Eletrobras

Também foi apresentada a atualização sobre a ação judicial que diz respeito ao bônus da Eletrobras. No dia 04.11, o magistrado decidiu por extinguir a ação, sem resolução de mérito, com a alegação de que seria inviável a pretensão de realizar controle abstrato de normas por essa via. Ante a decisão, o advogado Serrão protocolou Embargo de Declaração.

A apresentação completa realizada na reunião do Conselho de Administração está disponível [aqui](#).

Associadas aprovam orçamento, bandeiras e metas para 2023

Após a reunião do Conselho de Administração, em cumprimento ao Estatuto Social, foi realizada Assembleia Geral Ordinária da Abraceel para aprovação do orçamento 2023 e das bandeiras e metas da Agenda do Mercado 2023-2026, documento de Planejamento Estratégico da associação.

Com 46 votos, dos 50 votantes na reunião, o orçamento 2023 foi aprovado.

Já as bandeiras e metas da Abraceel para 2023, estabelecidas pelas associadas no encontro de Planejamento Estratégico realizado em novembro, foram aprovadas por 47 votos, entre 47 votantes.

São estas as bandeira:

Bandeira 1: Abertura e crescimento de mercado

Bandeira 2: Segurança e sustentabilidade do mercado

Bandeira 3: Formação de preços

Bandeira 4: Eficiência e inovação do mercado





Coquetel anual da Abraceel é retomado após dois anos para confraternização de final de ano

Ainda no dia 08.12, após as reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral Ordinária, foi realizado o tradicional Coquetel anual da Abraceel, com presença de cerca de 250 pessoas, incluindo profissionais das empresas associadas e convidados especiais.



Grupo Técnico discute regulamentação dos aspectos econômicos do marco legal da geração distribuída

Matéria em 1 minuto:

- O custeio pela CDE será atribuído aos consumidores entrantes e aos existentes cuja distribuidora possui mercado inferior a 700 GWh/ano;
- Será criada uma nova rubrica, a CDE-GD, que será regionalmente alocada, isenta para a população baixa renda e diferenciada por nível de tensão;
- A minuta de contribuição foi enviada às associadas, para análise e sugestões, e em síntese, apoia a proposta da Aneel.



Tempo de leitura:
2 minutos

No dia 07.12 o Grupo Técnico da Abraceel se reuniu para discutir eventual contribuição da associação para a Consulta Pública 50/2022 da Aneel, sobre a regulamentação dos aspectos econômicos da Lei 14.300/2022, o marco legal da geração distribuída.



Atualmente, os benefícios tarifários ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) são implícitos e oneram as tarifas dos consumidores livres e cativos. Entretanto, a Lei 14.300/2022 estabeleceu que parte do benefício tarifário do SCEE será custeada pela CDE a partir de janeiro de 2023. O objetivo da CP 50/2022 é estabelecer a metodologia para o novo custeio da CDE e o abatimento nos processos tarifários.

No período de transição estabelecido pela lei, os consumidores serão segregados em existentes - classificados dessa forma aqueles conectados até 12 meses após a publicação do marco legal - e os entrantes, que ingressarem após esse período.





A proposta prevê que o custeio pela CDE será atribuído somente aos consumidores regulados, tanto aos entrantes quanto aos existentes, cuja distribuidora possui mercado inferior a 700 GWh/ano. Para os consumidores das demais distribuidoras, porém, o custo continuará sendo recuperado da forma atual, embutido na estrutura tarifária.

Na reunião do Grupo Técnico, foi comentado que agora que os benefícios da energia solar estão em discussão no Congresso Nacional para serem estendidos para as PCHs, haverá um impacto no valor a ser rateado que terá de ser levado em consideração nos cálculos. Será criada uma nova rubrica na CDE, a cota CDE GD, que será alocada regionalmente, diferenciada por nível de tensão, isenta para a população de baixa renda e rateada apenas entre os consumidores cativos.

A Abraceel enviou minuta de contribuição para colher sugestões das associadas, manifestando apoio à Aneel, que está regulamentando o tema de modo a garantir que os benefícios alocados na CDE sejam rateados apenas pelos consumidores cativos.

A [apresentação realizada na reunião](#) pode ser vista na íntegra na área restrita do site da Abraceel, aba de “Apresentações Exclusivas”.





ABRACEEL NA MÍDIA



MERCADO LIVRE ABSORVEU 55% DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS NO PRIMEIRO SEMESTRE

I Além da Energia - Engie

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



SETOR DE SERVIÇOS AMPLIA COMPRA DE ENERGIA NO MERCADO LIVRE

I Piauí Hoje

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



CURTAS

Aneel aprova Regras 2023: consumidor livre poderá participar de comunhão

Na reunião pública da Aneel do dia 06.12, foi deliberado o resultado da Consulta Pública 41/2022, sobre as Regras de Comercialização para vigência em 2023. As seguintes alterações foram acatadas, apoiadas pela Abraceel em sua contribuição: (i) permissão que o consumidor livre possa solicitar modelagem na CCEE como consumidor especial, e com isso realizar comunhão de consumidores, desde que contrate energia especial; (ii) possibilidade de modelagem de órgão da administração pública direta como consumidor especial na CCEE, mesmo com CNPJs distintos; e (iii) novo módulo relativo ao MVE, do qual constarão diretrizes para contratos com e sem exigência de garantias financeiras. O ponto suscitado que não foi acatado diz respeito ao pleito para que o gerador que repactuou o risco hidrológico no produto SPR100 deveria ser isento do pagamento da penalidade por insuficiência de lastro.

Workshop inédito sobre derivativos segunda-feira, dia 12.12, às 10h

Em parceria com a Anbima e BBCE, a Abraceel promove um workshop inédito, exclusivo para associadas e convidados dos organizadores, para discutir go-

vernança e autorregulação no mercado de derivativos. Após falas inaugurais dos porta-vozes da Abraceel e da BBCE, a Anbima irá discorrer sobre o tema central do evento, oferecendo um panorama dos procedimentos adotados pelo mercado de capitais para regular as transações de títulos financeiros. Em seguida, haverá sessão de perguntas e respostas. O evento será realizado no dia 12.12, às 10h, via Zoom. As informações de acesso foram enviadas por e-mail. Participe!



Importação de energia: Abraceel solicita prorrogação das atuais regras e nova consulta pública

A Abraceel enviou contribuição à Consulta Pública 142/2022 do MME, sobre a importação de energia elétrica da Argentina e do Uruguai. No documento, a Associação aponta que o prazo de contribuições dessa CP não foi suficiente para que a proposta fosse devidamente analisada pelos agentes. Por isso, propôs que as diretrizes sobre importação da atual Portaria MME 339/2018 sejam prorrogadas, assim como as autorizações dos agentes que já as possuem, bem como os pareceres de acesso concedidos pelo ONS. Assim, haverá tempo para que seja realizada uma segunda etapa da consulta pública, endereçando



a contribuição dos agentes e garantindo continuidade ao processo de importação. A Abraceel ainda apontou que é preciso dar transparência aos cálculos que embasaram a conclusão de que os comercializadores obtêm razoáveis margens com a importação, pois a alegada margem auferida, na prática, é bem menor, devido a custos não considerados nas contas. Por fim, a Abraceel propôs a inclusão de nova modalidade de importação para substituir a geração de termelétricas despachadas pelo ONS, de forma que o atendimento ao despacho possa ser realizado com uma opção mais barata do que a geração própria, com parte da economia sendo revertida para os consumidores. A Abraceel realizará na segunda-feira, 12.12, reunião com o Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico (DMSE/MME) para apresentar a contribuição. O [documento final](#) pode ser acessado na íntegra no site da Abraceel, aba de “Contribuições e Notas Técnicas”.

Aneel aprova agenda regulatória para o biênio 2023-2024

Na reunião pública do dia 06.12, a diretoria da Aneel aprovou, por unanimidade, a Agenda Regulatória 2023-2024. A decisão foi tomada após audiência pública, realizada no dia 04.11, que contou com a participação da Abraceel. A Agência explicou a razão para a ausência de temas relacionados ao hidrogênio verde no documento, justificando que se trata de um tema ainda com significativos desafios tecnológicos e mercadológicos e, por isso, será re-

alizada uma chamada estratégica de P&D em 2023 para colher subsídios para a futura regulação. Ao todo, foram aprovados 15 temas estratégicos, organizados em 35 atividades, com destaque para:

Abertura de mercado

- Aprimorar a regulamentação que trata da comercialização varejista.

Governança do ONS

- Aprimorar os procedimentos decisórios do ONS.

Inovação e eficiência energética para transformação do SEB

- Estabelecer critérios para reconhecimento de instituições de pesquisa pela Aneel para recebimento de recursos do programa de P&D regulado (Comentário Abraceel: esse processo é importante devido à intenção do CEPEL de se enquadrar nesses critérios, frente ao prazo para o fim do pagamento das contribuições associativas pela Eletrobras, que lhe são destinados, estabelecido na Lei 14.182/2021).

Modernização das tarifas de distribuição e transmissão

- Trabalhar para a modernização das tarifas de distribuição.

Modernização do segmento de distribuição.

- Aprimorar a REN 482/2012, que trata de micro e minigeração distribuída;
- Avaliar sistemas de medição para transição energética e modernização da dis-



buição;

- Estabelecer diretrizes para programas de ambiente regulatório experimental (sandbox regulatório) no setor elétrico (Comentário Abraceel: aqui poderia ser incluída a proposta de Open Energy).

Segurança do mercado

- Aprimorar a regulamentação das garantias financeiras do MCP;
- Aprimorar o processo de monitoramento do mercado de energia elétrica.

Segurança setorial

- Aprimorar a REN 843/2019, que trata dos critérios e procedimentos para a programação da operação e formação do PLD.

Abraceel apoia PCM e pede que sistemática entre em consulta pública

A Abraceel enviou contribuição à Consulta Pública 141/2022 do MME, que trata das diretrizes do Procedimento Competitivo por Margem de Escoamento do SIN, apoiando a iniciativa ministerial de promover processo competitivo para contratação de margem de escoamento. A medida busca aprimorar a isonomia das regras para acesso de novas usinas, sem distinguir o ambiente de contratação e a fonte. A contribuição da associação foi feita em razão da maneira como os acessos são concedidos atualmente, com critérios diferentes entre os ambientes de contratação, principalmente por regras estabelecidas nos leilões regulados, criando percepção de que há uma reserva de margem para o ACR. Assim, a Abraceel pleiteou que a sistemática do PCM seja objeto de consulta pública. A [contribuição pode ser lida na íntegra](#) no site da

Abraceel, aba de “Contribuições e Notas Técnicas”.

Etapas para implementação da MMGD nos modelos são apresentadas

No dia 05.12 foi realizada reunião do Grupo de Trabalho de Mini e Micro Geração Distribuídas (MMGD) do Comitê Técnico PMO/PLD para apresentar a atualização do processo de implementação da representação da MMGD nos modelos computacionais. O GT reforçou que a implementação será faseada. A primeira fase tem previsão para ser implementada em setembro de 2023, podendo ser antecipada para o PMO de maio de 2023, a depender da revisão de instrumentos infralegais necessários. Nessa fase, ainda não será considerada a expansão da geração de MMGD, sendo que a carga líquida permanecerá praticamente a mesma. Já a segunda fase está prevista para ser implementada em janeiro de 2024, quando será incluída a expansão da MMGD, com expectativa de alinhá-la com a parametrização do CVaR, de acordo com o calendário da Cpamp. O grupo realizará revisão dos instrumentos infralegais e Procedimentos de Rede para abarcar as alterações. A deliberação para implementar a primeira e segunda fase ocorrerá, respectivamente, em maio e setembro de 2023. Foi apresentado ainda o processo de atualização da MMGD nos modelos, a metodologia para estimativa da carga atendida por MMGD horária e as premissas de atualização. A [íntegra da apresentação](#) realizada pelo GT está disponível no site da Abraceel, em “Apresentações”.



CCEE pede à Aneel celeridade para homologação da nova Convenção Arbitral

No dia 08.12, a Abraceel participou de reunião com a CCEE para definir a estratégia para homologação célere da nova Convenção Arbitral, aprovada pelos associados da Câmara em outubro de 2021. Foi informado que a atual e exclusiva Câmara Arbitral, a FGV, enviou cartas à Aneel questionando o processo. O diretor da Aneel, Hélvio Guerra, pediu vistas. A CCEE já procurou o diretor para endereçar o tema e pediu apoio das associações participantes do grupo para enviar carta conjunta ao regulador. A Câmara elaborou minuta de carta com a ajuda do escritório Pinheiro Neto e pede contribuições e adesões até quarta-feira, 14.12.

TCU avalia planejamento da operação

O vice-presidente da Abraceel, Alexandre Lopes, participou, em 07.12, de reunião com o TCU para discutir a auditoria operacional que o Tribunal está realizando sobre o planejamento da operação eletroenergética. O objetivo da auditoria é avaliar a sistemática de planejamento da operação do setor elétrico, incluindo a governança, premissas utilizadas, modelos matemáticos e computacionais e os seus impactos na segurança de abastecimento e no custo da energia elétrica. O relatório final será divulgado em breve pelo TCU.

Recém-empossada, Agnes da Costa assume relatoria

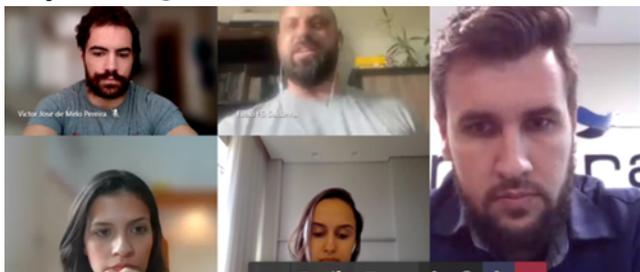
de processos importantes



No dia 05.12, a Abraceel marcou presença na cerimônia de posse da nova diretora da Aneel, a economista e mestre em energia, Agnes da Costa. Nos últimos 18 anos, Agnes atuou no Ministério de Minas e Energia, com protagonismo na pauta da modernização do setor elétrico. Em discurso, a nova diretora da Aneel frisou a importância de que a confiança prevaleça nas relações entre os agentes e as instituições setoriais e de o setor elétrico ser orientado por políticas e decisões em prol do interesse público, bem como a necessidade de haver colaboração entre instituições e de a governança no mercado elétrico ser fortalecida. Na sessão de sorteio de processos a serem deliberados pela Agência, realizada no mesmo dia, a diretora Agnes foi designada relatora de alguns processos importantes para o mercado, como governança do PLD (revisão da antiga REN 843/2019) e orçamento anual da CDE de 2023. A Abraceel parabeneza e deseja muito sucesso à nova diretora, na certeza de que continuará oferecendo grande contribuição para o desenvolvimento e modernização do setor elétrico brasileiro.

Associada expõe problemas para a atuação de uma comercializadora de gás

No dia 06.12, a Abraceel participou de reunião com a associada Migratio para tratar de um empecilho burocrático colocado pela Sefaz-SP na atuação da comercializadora de gás da empresa. Na ocasião, a Migratio explicou que já tem o registro para comercializar gás, obtido após dispensa da obrigação, prevista na Portaria CAT 02/2011, de ser necessário um CNAE específico de comercialização de energia elétrica. O CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas, consiste em um código que identifica qual a atividade econômica exercida por um negócio. Porém, ao solicitar o registro também para o carregamento de gás, a mesma obrigação foi exigida. Assim, como os prazos para obtenção desses registros e alterações no contrato social são muito alongados, a associada expôs as dificuldades para a Sefaz-SP, com a intenção de que o procedimento seja adequado, já que a Portaria CAT não trata do comercializador de gás. Sendo assim, a Migratio irá solicitar reunião com a Sefaz-SP, com a participação da Abraceel, para esclarecer essa diferenciação entre as atividades. Paralelamente, a Abraceel irá procurar o Ministério de Minas e Energia para ver como está o andamento da expedição de CNAE específico para a atividade de comercialização de gás.



FASE debate agenda do mercado de energia elétrica

No dia 08.12, a Abraceel participou da reunião do Fórum das Associações do Setor Elétrico (FASE) para debater a agenda do mercado. Na pauta, panorama político, balanço das atividades realizadas em 2022 e perspectivas para atuação conjunta do colegiado em 2023 diante de um novo governo. Reunião também contou com a presença do Ministro Sachsida que fez um balanço das ações de sua gestão e recebeu homenagem dos presentes, inclusive da Abraceel, que agradeceu o Ministro por sua competência, em especial com a abertura do mercado.



Em evento do WTC, Abraceel explica benefícios do mercado livre de energia

No dia 06.12, Rodrigo Ferreira palestrou no webinar realizado pelo World Trade Center, em parceria com a Salesforce e Abraceel, para debater o mercado livre de energia. Os participantes conheceram a situação e as perspectivas do processo de abertura do mercado de energia, os benefícios que o mercado livre gera para a economia e a importância de transformar o consumidor em protagonista, reforçan-

do que o ambiente de contratação livre é o modelo comercial da transição energética, com benefícios de preço, transparência, concorrência e liberdade de escolha.

Energy Future recebe projetos em desafio sobre comercialização de energia

No dia 06.12, a Abraceel participou do Ciclo de Digitalização do Energy Future, em que diversas organizações apresentaram propostas para avanços no segmento de comercialização. Todos os projetos envolveram o desenvolvimento de novas tecnologias para a gestão dos consumidores no mercado livre, seja por meio de plataformas ou análise dos dados do consumo de energia. A próxima etapa é a definição dos melhores projetos para que as ideias sejam levadas adiante e consigam ser implementadas nas empresas parceiras do desafio.

Cidade do Panamá: Associados da Abraceel têm desconto na VII Semana da Energia

A VII Semana da Energia acontecerá na Cidade do Panamá, de 12 a 16 de dezembro de 2022. A conferência reunirá líderes globais e dos governos da América Latina e do Caribe, bem como instituições financeiras, para definir o papel dos países da América Latina na segurança e transição energética, com participação destacada das energias renováveis. O evento é composto por cinco dias de discussões. As associadas da Abraceel têm desconto na

inscrição ao entrar em contato com Débora Silva pelo e-mail debora@energy-net.co.uk ou pelo telefone +44 (0) 755 186 5256.

Iniciativa Mercado de Minas e Energia presta contas

Em 08.12, a Abraceel participou da apresentação dos resultados da Iniciativa Mercado de Minas e Energia, liderada pelo Ministro Adolfo Sachsida. Destaque para as entregas relacionados à abertura do mercado de energia elétrica, com a Portaria 50/2022 como grande protagonista. Também foram mencionadas as propostas do MME ao PL 414, redução dos subsídios, novo mercado de gás e outros. As apresentações realizadas estão disponíveis no site do Ministério.



CMSE aprova sombra para representação de usinas do ACL no PMO

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) se reuniu, no dia 07.12, para avaliar, entre outras questões, as condições de suprimento eletroenergético ao Setor Elétrico Brasileiro para o ano de 2023. Na ocasião, o ONS apresentou a elaboração das curvas referenciais de armazenamento (CREF) para 2023, ferramenta muito importante para subsidiar a toma-



da de decisões do Comitê quanto à adoção de medidas adicionais para garantir o atendimento energético do país. Além disso, a Aneel também realizou uma apresentação, propondo uma metodologia para assimilação de usinas que não venderam energia em leilão, ou seja, usinas pertencentes ao ACL, no bloco de ofertas considerado no PMO. Após avaliação, o CMSE deliberou pela consideração inicial da nova metodologia em processo sombra, a ser conduzido ao longo de 2023, para que sejam avaliados os impactos da proposição. Uma nova apreciação do tema pelo Colegiado deverá ocorrer até julho de 2023, assim como os rebatimentos feitos pela Cpamp. Para ler a notícia na íntegra, acesse o [link](#).

Atualização dos limites do PLD na Pauta da Aneel

Está na pauta da Reunião Pública da Aneel do dia 13.12 a atualização dos valores da Tarifa de Serviços Ancilares (TSA), das Tarifas de Energia de Otimização (TEO e TEO Itaipú) e dos limites máximo e mínimo do PLD para o ano de 2023.

CIER disponibiliza catálogo de cursos para 2023

A Comissão de Integração Energética Regional (CIER) disponibilizou um catálogo de cursos que serão ministrados em 2023. Os temas dos cursos envolvem regulação no mercado de energia, gestão de ativos, transição energética e mais. Confira a íntegra da lista [aqui](#).





Não deu nem tempo de comemorar a vitória do Brasil... a Câmara fez um 7x1 no setor elétrico - Na última terça-feira, 260 deputados aprovaram o PL 2703 de 2022, que prorroga os subsídios para geração distribuída. Trouxemos um resumo da primeira versão do relatório apresentado na última edição deste Relatório Semanal, mas destacamos algumas mudanças em relação ao texto aprovado:

- Prorroga em 6 meses o prazo para protocolar solicitação de acesso de MMGD na distribuidora e obter o subsídio até 2045 (eram 12 meses);
- Permite que PCH sejam caracterizadas como mini GD;
- O prazo para PCH solicitar o acesso na distribuidora e se enquadrar como mini GD fica estabelecido em 30 meses da publicação da lei (12 meses a mais que as demais fontes);
- Período de transição para pagamento dos custos de fio e encargos condicionado à etapa de cálculo dos custos e benefícios da GD pela Aneel e acréscimo de 1 mês para protocolo solicitação de acesso a cada mês de atraso da Aneel;
- Permite a comercialização de pareceres de acesso; (suprimido)
- Podem optar por faturamento idêntico à baixa tensão as unidades consumidoras participantes do sistema de compensação cuja potência nominal total dos transformadores seja igual ou inferior a 1,5x o limite permitido para ligações de consumidores do Grupo B; (suprimido)
- 30 dias para as distribuidoras operacionalizarem pedidos relacionados à utilização dos créditos de GD;
- Livre acesso ao sistema de distribuição para MMGD;
- Poderão ser contratados a partir de PCH os 1.500 MW de potência destinados à Região Centro-Oeste das termelétricas da Eletrobras, respeitada a equivalência de energia tendo em vista a inflexibilidade de 70% e com contratação feita até 2023.

O substitutivo modificava o parágrafo primeiro do art. 27 da Lei 14.300, mas essa parte foi suprimida do texto. O referido dispositivo prevê o encerramento da regra de transição em 2028. O substitutivo retirava esse prazo para tornar a regra perene. Porém, o destaque suprimiu essa modificação e segue o texto atual da Lei.

Confira como votou cada deputado clicando [aqui](#).





Até o momento em que essa nota estava sendo escrita, a matéria ainda não havia chegado oficialmente no Senado Federal. Vale destacar que o prazo é apertado para que a matéria seja deliberada no Senado até o recesso parlamentar. Além disso, é com a atuação dos senadores que o próximo governo e as entidades envolvidas tentam minimizar os impactos negativos da matéria. Por fim, se o Senado modificar o texto, o projeto ainda precisa de uma última votação na Câmara. É difícil, mas não é impossível. Vale destacar que o Marrocos eliminou a Espanha da Copa.

Judiciário analisa como vai ser a vida do PT em 2023 – Nem subiu a rampa para receber a faixa presidencial e Lula já teve que pedir permissão de Lira e Pacheco para governar com um Legislativo mais amigável. Os acordos para apoiar as candidaturas dos atuais presidentes à reeleição nos cargos já foram feitos. No entanto, o STF está analisando a constitucionalidade das emendas de relator, ou do chamado orçamento secreto. Parlamentares da base do próximo Governo não querem a manutenção dessa logística, porque isso daria maior poder ao novo governo. No entanto, a cúpula do Centrão defende a manutenção. Vai ser preciso achar um meio termo, porque a PEC da transição, que já está com o prazo apertado, pode sofrer mais resistência. Saiba mais clicando [aqui](#).



 **PRÓXIMA
SEMANA**

12.12 - Segunda-feira: Abraceel participa da 6ª reunião do GT Representação de Cenários Hidrológicos do CT PMO-PLD, às 9h;

Abraceel realiza workshop com Anbima e BBCE sobre derivativos de energia, pelo Zoom, às 10h;

Área técnica da Abraceel se reúne com associada GNA para discutir a nota técnica de fechamento da CP 11/2022, sobre monitoramento de mercado, às 11h;

Abraceel se reúne com Igor Ribeiro, Diretor Substituto do Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico, para debater as contribuições da Abraceel à Consulta Pública 141/2022, que aborda importação de energia elétrica, às 14h;

Abraceel se reúne com o Superintendente da SRG da Aneel, Alessandro Cantarino, para discutir a CP 43/2022, sobre governança na formação de preços, às 16h.

13.12 - Terça-feira: Rodrigo Ferreira participa do Seminário Segurança de Mercado da associada Eletrobras, às 9h;

Reunião do Grupo Técnico da Abraceel para discutir a Consulta Pública 61/2021 da Aneel sobre o rateio do encargo de reserva de capacidade, às 10h;

Abraceel participa de reunião da CCEE de interação com as associações para apresentação dos temas estratégicos 2023, às 11h.

14.12 - Quarta-feira: Abraceel se reúne com o Ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, às 11h;

Abraceel participa do jantar de confraternização da Abradee, às 20h.

15.12 - Quinta-feira: Abraceel participa de reunião com Júlio Feraz, Superintendente da SRM/Aneel, para discutir as contribuições da Abraceel na TS 19/2022, sobre adequação de PdCs aos novos critérios de autorização, às 9h30;

Abraceel participa do jantar de confraternização da Apine, às 19h.